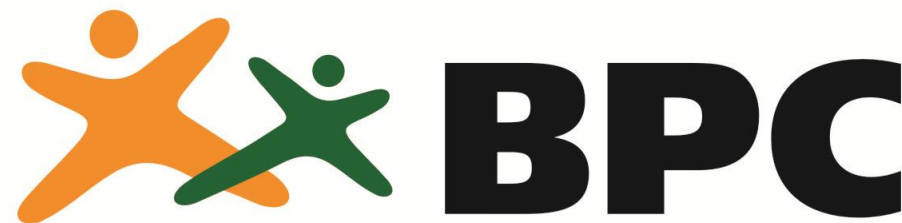


ATUALIZAÇÕES RECENTES NAS REGRAS DO BPC

DBA - 27/05/2025



**BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**



CONTEXTO

Em 27 de novembro de 2024, a equipe econômica divulgou uma apresentação intitulada “BRASIL MAIS FORTE – Governo Eficiente. País justo”.

Essa apresentação trazia mudanças nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) enquanto medidas de fortalecimento da regra fiscal.

Em dezembro de 2024, o Deputado José Guimarães apresentou o Projeto de Lei nº 4.614/2024, materializando as medidas anunciadas no mês anterior pela equipe econômica.

As alterações propostas para o BPC se relacionam a diversos aspectos do benefício, sendo que algumas das medidas tinham apenas impacto administrativo enquanto outras medidas mexiam profundamente no direito das pessoas idosas e das pessoas com deficiência.



PROJETO DE LEI Nº 4.614/2024

Principais pontos:

1. Estender a obrigatoriedade do registro biométrico para todos os beneficiários de benefícios da seguridade social, inclusive o BPC;
2. Alterar definições acerca da composição do grupo familiar responsável pela manutenção do beneficiário do BPC – fim da exigência de viver sob o mesmo teto;
3. Atrelar a definição de deficiência à incapacidade para a vida independente e para o trabalho;
4. Modificar a concepção de hipossuficiência, passando vedar que itens não previstos em Lei possam ser deduzidos do cálculo renda familiar e a observar a posse ou a propriedade de bens ou direitos;
5. Reduzir o prazo para atualização obrigatória junto ao Cadastro Único para Programas do Governo Federal (CadÚnico) de 48 para 24 meses; e
6. Voltar a contabilizar no cálculo da renda familiar o valor de outros benefícios assistenciais ou previdenciários de até um salário mínimo.



LEI Nº 15.077/2024

Foram realizadas diversas emendas ao PL original e as discussões no Congresso resultaram na **Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024**, que trouxe as seguintes mudanças que afetam o BPC direta ou indiretamente:

- Compartilhamento de dados com as prestadoras de serviços públicos;
- A obrigatoriedade da biometria para a concessão e para a revisão de todos os benefícios da Seguridade Social;
- Estabelecimento do prazo máximo de 24 meses para a atualização junto ao Cadastro Único para todos os benefícios federais;
- Obrigatoriedade de realizar a avaliação biopsicossocial da deficiência mesmo quando o benefício for concedido judicialmente e obrigação do registro da CID; e
- Reformulação da forma como é realizado o cálculo da renda familiar.



COMPARTILHAMENTO DE DADOS

A **Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024**, obrigou as concessionárias de serviços públicos a compartilhar com a Administração Pública informações sobre suas bases de dados para aprimorar a gestão do BPC.

Assim, foi editado o **Decreto nº 12.428, de 3 de abril de 2025**, regulamentando o compartilhamento de dados pelos órgãos públicos federais e pelas prestadoras de serviços públicos.

Nos termos deste regulamento, as prestadoras de serviços públicos devem compartilhar os dados de endereço físico dos cidadãos, em formato pseudonimizado.

A partir deste compartilhamento, o Poder Público terá acesso a dados mais atualizados sobre o endereço dos beneficiários, garantindo assim maior efetividade nas ações de comunicação.



BIOMETRIA

O registro em bases biométricas (CIN, título eleitoral ou CNH) do requerente ou do seu representante legal passou a ser obrigatório para concessão do BPC com a instituição da **Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024**.

A medida foi instituída para aprimorar a gestão do benefício, garantindo maior segurança às etapas de operacionalização do BPC.

Mais recentemente, a **Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024**, estendeu essa obrigatoriedade de registros biométricos para a concessão, manutenção e renovação de todos os benefícios da seguridade social.

Assim, a regra anterior, que exigia a biometria apenas para os novos requerimentos, foi alterada de modo que o registro passou a ser obrigatório para todos os atuais beneficiários.

Essa cobrança não será imediata, devendo o Poder Público editar ato estabelecendo um prazo razoável para que os beneficiários realizem esse registro.



CADASTRO ÚNICO

Possuir inscrição e estar com o Cadastro Único atualizado passou a ser obrigatório para o requerimento e para a manutenção do BPC a partir de 2016.

Ainda que o prazo para atualização cadastral sempre tenha sido de 24 meses, as regras do Cadastro Único possibilitavam que um cadastro fosse mantido durante 48 meses desde a última atualização, prazo que estava refletido na exigência trazida pela **Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024**.

Diante da necessidade de garantir que as informações declaradas no Cadastro Único correspondam de fato à realidade das famílias, a **Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024**, alterou o prazo para a atualização Cadastral, estabelecendo que cada família deverá atualizar suas informações a cada 24 meses.

Cadastro

Conhecer
para incluir

Único



CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR

A **Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024**, alterou a LOAS de forma a estabelecer uma definição para o cálculo da renda familiar, que antes estava prevista somente em Decreto.

Com a alteração, a renda passou a ser definida enquanto “a soma dos rendimentos auferidos mensalmente pelos membros da família que vivam sob o mesmo teto”, ficando vedadas quaisquer deduções que não estejam previstas na Lei, que atualmente são:

- Outro BPC ou o benefício previdenciário de até um salário mínimo pago a pessoa idosa acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência do mesmo grupo familiar;
- Contratos de aprendizagem e valores de estágio supervisionado; e
- Auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens.

A alteração no cálculo da renda somente será válida a partir da regulamentação da Lei nº 15.077/2024.



AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Visando garantir maior uniformidade à reavaliação da deficiência, a **Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024**, promoveu duas alterações em relação a essa etapa necessária para a concessão e para a manutenção do BPC da pessoa com deficiência.

Assim, o legislador estabeleceu que a avaliação biopsicossocial da deficiência passa a ser obrigatória mesmo quando o benefício for concedido judicialmente.

Além disso, a Lei estabeleceu que o registro do código da Classificação Internacional de Doenças (CID) passou a ser obrigatório em todas as avaliações da deficiência realizadas, garantindo a preservação do sigilo.





Referências normativas

- Constituição Federal de 1988.
- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
- Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024.
- Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

OBRIGADO

RENAN ALVES VIANA ARAGÃO

Coordenador-Geral de Regulação e Análise Normativa

Departamento de Benefícios Assistenciais

Secretaria Nacional de Assistência Social

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)



**BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME**





Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas Sobre Drogas

Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS

Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SSUAS

Gerência de Gestão da Informação do Sistema Único de Assistência Social - GVINF

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA – 21 de maio de 2025

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



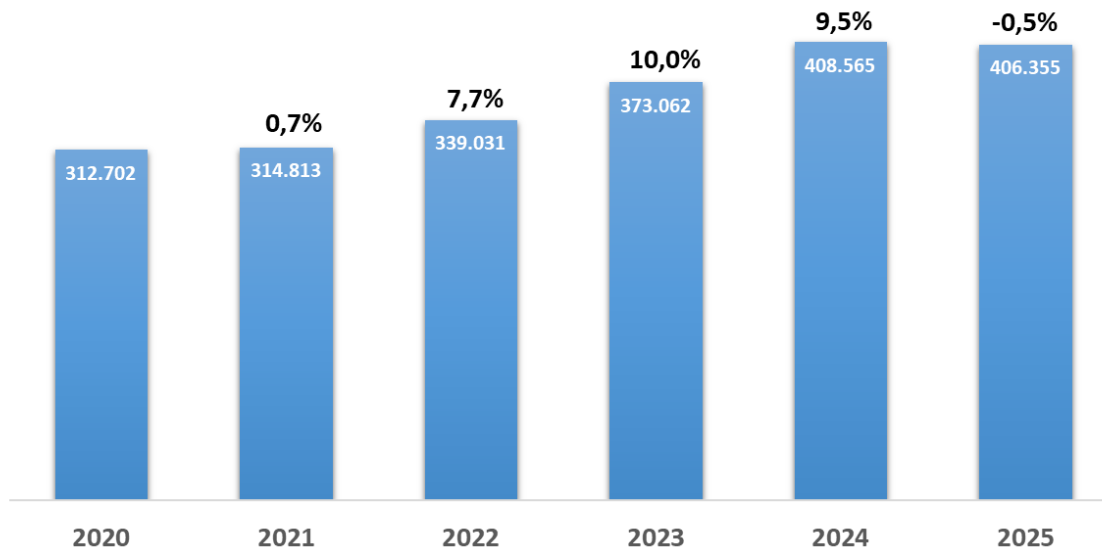
GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA



SÉRIE HISTÓRICA BPC/PE

Aumento de
29,9%
entre 2020 e
2025

BPC - QTD. DE BENEFICIÁRIOS E PERCENTUAL DE
AUMENTO/REDUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR 2018/2025*



Fonte: SNAS/MDS

* Referente a março de 2025

BPC - mar/25

Total	243.662	162.693	406.355
RD 12 - Região Metropolitana	96.412	91.814	188.226
RD 11 - Mata Norte	18.749	11.019	29.768
RD 10 - Mata Sul	20.761	12.188	32.949
RD 09 - Agreste Setentrional	14.404	6.699	21.103
RD 08 - Agreste Central	31.803	17.539	49.342
RD 07 - Agreste Meridional	16.581	7.494	24.075
RD 06 - Sertão Moxotó	5.061	2.496	7.557
RD 05 - Sertão do Pajeú	10.001	3.268	13.269
RD 04 - Sertão Central	4.915	1.578	6.493
RD 03 - Sertão Araripe	9.652	2.777	12.429
RD 02 - Sertão São Francisco	12.124	4.886	17.010
RD 01 - Sertão Itaparica	3.199	935	4.134

■ PCD ■ Pessoa Idosa ■ Total

Fonte: SNAS/MDS

BPC X CADÚNICO

TOTAL EM PERNAMBUCO (MAR/2025)

405.695 (ATIVOS)

INCLUSÃO NO CADÚNICO (PE)

Benefícios ativos

[VALOR]
NÃO

[VALOR]
SIM

Fonte: RMA/SNAS/MDS



BPC X CADÚNICO

TOTAL EM PERNAMBUCO (MAR/2025)

405.695 (ATIVOS)

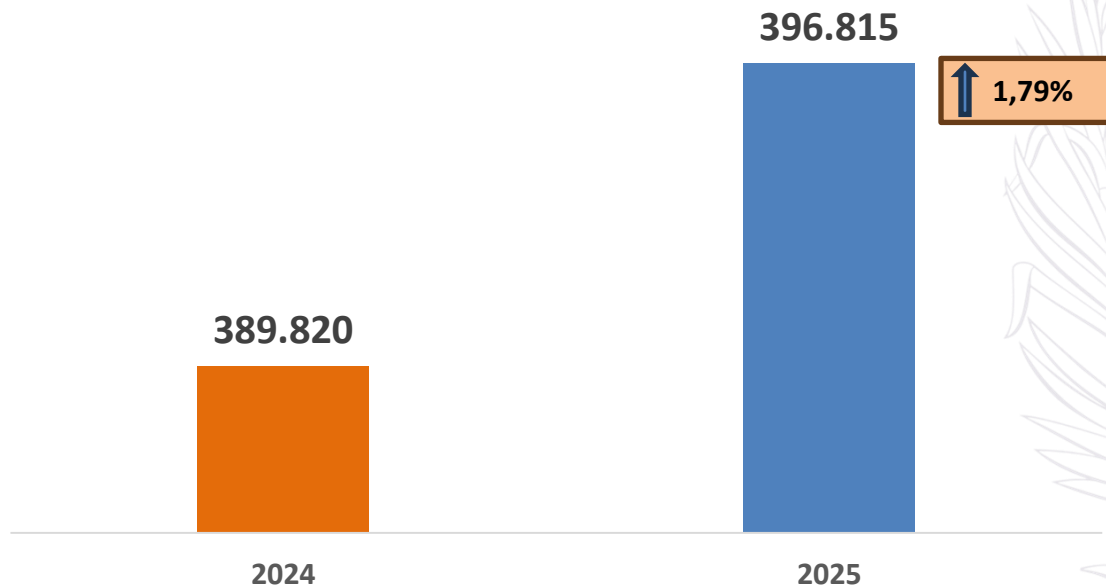
BPC NÃO INSERIDOS NO CADÚNICO Benefícios ativos



Fonte: RMA/SNAS/MDS

BPC X CADÚNICO (2024-2025*)

Quantidade de beneficiários do BPC inclusos no
CadÚnico em PE (2024-2025)

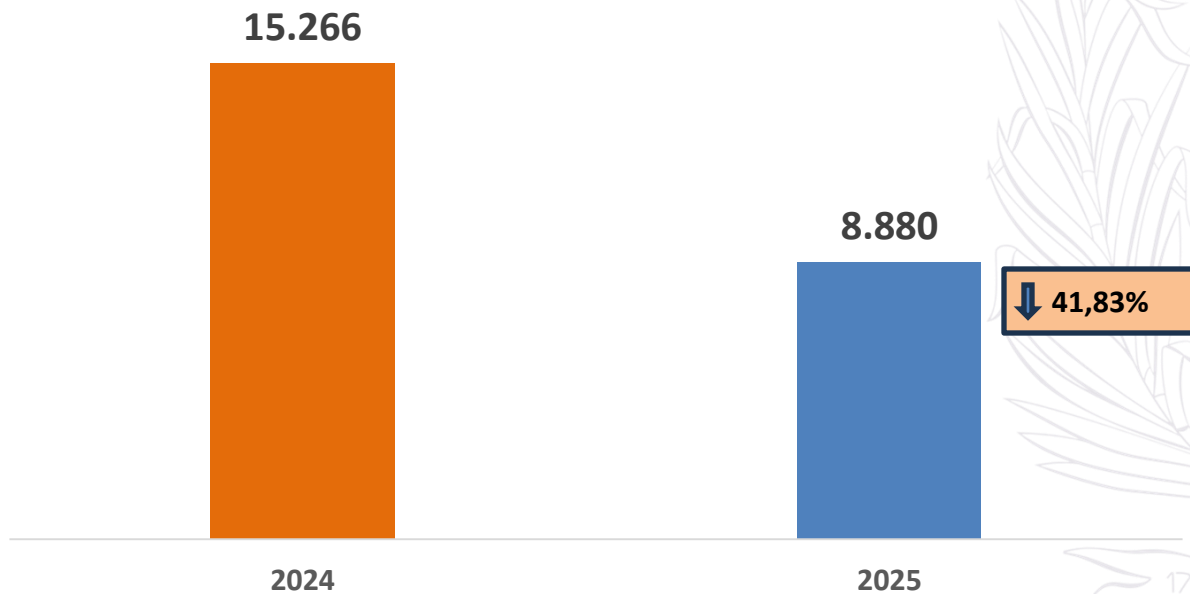


Fonte: SNAS/MDS

* Referente a março de 2025

BPC X CADÚNICO (2024-2025*)

Quantidade de beneficiários do BPC não-inclusos no CadÚnico em PE (2024-2025)



Fonte: SNAS/MDS

* Referente a março de 2025

MATERIAL PUBLICADO NO SIGAS/PE

Inclusão/Atualização de Beneficiários/as do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Cadastro Único em Pernambuco

Fonte: Registro Mensal de Atendimento (RMA)

Período de competência/situação: 01/03/2025

Município	Região de Desenvolvimento	Situação do Benefício			Situação Cadastral (benefícios ativos)							
					Status dos beneficiários no CadÚnico				beneficiários com Cadastros Atualizados	Beneficiários com cadastros desatualizados		
		Ativo	Cessado	Suspensão	Incluídos	Não incluídos	Beneficiários NÃO incluídos			24 a 36 Meses	36 a 48 Meses	Acima de 4 anos
							Saque em PE	Saque em outros Estados				
	RD 01 - Sertão de Itaparica	4.558	2	0	4.492	66	63	3	3.911	397	169	15
	RD 02 - Sertão do São Francisco	17.083	3	0	16.730	353	335	18	14.634	1.525	521	50
	RD 03 - Sertão do Araripe	12.271	1	0	12.057	214	210	4	10.608	979	430	40
	RD 04 - Sertão Central	6.570	2	0	6.438	132	124	8	5.689	532	206	11
	RD 05 - Sertão do Pajeú	12.927	1	0	12.710	217	208	9	11.461	818	388	43
	RD 06 - Sertão do Moxotó	7.826	0	0	7.665	161	157	4	6.815	529	286	35
	RD 07 - Agreste Meridional	25.490	2	0	25.071	419	405	14	22.171	1.884	924	92
	RD 08 - Agreste Central	51.830	11	1	50.940	890	875	15	45.726	3.383	1.625	206
	RD 09 - Agreste Setentrional	20.625	5	1	20.195	430	420	10	18.307	1.205	557	126
	RD 10 - Mata Sul	31.898	8	0	31.233	665	656	9	27.725	2.347	1.070	91
	RD 11 - Mata Norte	31.068	9	0	30.472	596	565	31	27.020	2.311	992	149
	RD 12 - Região Metropolitana	183.549	53	6	178.812	4.737	4.629	108	157.598	13.961	6.544	709
	Total em Pernambuco	405.695	97	8	396.815	8.880	8.647	233	351.665	29.871	13.712	1.567

04 de abril de 2024



GOVERNO DE
PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA

ACESSE O MATERIAL NO SIGA/PE

Gratidão!

**Secretaria de Assistência Social,
Combate à Fome e Políticas sobre Drogas**
Secretaria Executiva de Assistência Social

Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
Gerência de Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação
Coordenação de Vigilância Socioassistencial



Av. Conde da Boa Vista, 2º andar - Edifício Palmira II - Bairro
Boa Vista | Recife | PE
Telefone: (81) 31830716 / (81) 9.84941286 (grupo WhatsApp)
E-mail: vigilanciasocioassistencialpe@gmail.com

Reavaliação Biopsicossocial da BPC

Deficiência -

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE
COORDENAÇÃO DE BENEFÍCIOS
SERVIÇO SOCIAL 2025



OBJETIVO DA REAVALIAÇÃO DO BPC

- Em razão do processo de reavaliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto pela Portaria Interministerial MDS/MPS nº 27/2024, em cumprimento ao art. 20, §12 da Lei nº8742/1993 (LOAS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deu início, em agosto de 2024, o processo de reavaliação.

Conforme determina os atos normativos vigentes, a Reavaliação do BPC visa assegurar que os benefícios sejam pagos apenas a quem realmente cumpre os requisitos legais.

ATOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM A REAVALIAÇÃO

- Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993:

Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

- Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998:

Art. 4º A revisão do benefício de prestação continuada prevista no art. 21 da Lei nº 8.742 de 1993 terá início em 1º de setembro de 1997.

- LEI Nº 15.077, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

-

- Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007:

Art. 42 (...)

§ 6º A reavaliação médica e social da deficiência fica condicionada à conclusão da análise relativa à renda, decorrente do procedimento disposto no inciso II do § 1º. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.462, de 2018\)](#)

§ 7º A reavaliação médica e social da deficiência poderá ser priorizada ou dispensada por ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social, considerados o tipo e a gravidade do impedimento, a idade do beneficiário e a duração do benefício. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.462, de 2018\)](#)

§ 8º O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social editará ato complementar ao disposto neste artigo. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.462, de 2018\)](#)

OBJETIVOS DA REAVALIAÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA

-

Conforme determinam as normativas vigentes, a reavaliação biopsicossocial da deficiência do INSS tem por objetivos:

- I - comprovar a continuidade da existência de impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que tenham ou possam ter duração mínima de dois anos; e
- II - aferir o grau de restrição para a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência na sociedade, decorrente da interação dos impedimentos a que se refere o inciso I com barreiras diversas.

REALIZAÇÃO DA REAVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA PELO SERVIÇO SOCIAL

- O Serviço Social realizará a Reavaliação da Deficiência por meio do mesmo instrumento técnico utilizado para realização de avaliação social inicial, instrumento este baseado na CIF.
- O sistema está adequado para que o PAT possua uma “aba” específica para realização do serviço;
- As avaliações sociais anteriores (caso tenham sido realizadas) poderão ser consultadas pelos profissionais através dos sistemas SIAVBPC, SIBE e PAT.

Cenário atual da Reavaliação do BPC no âmbito do INSS

- A Reavaliação do BPC no âmbito do INSS foi organizada nas seguintes etapas:
 - 1ª etapa: Cadastro – CadÚnico;
 - 2ª etapa: Condições de manutenção do benefício (renda);
 - 3ª etapa: Reavaliação Biopsicossocial deficiência (avaliação social e médica).
- Nas 1ª e 2ª etapas foram iniciados 13.440 processos de reavaliação e 234.024 processos encontram-se pendentes de início de análise (dados de fevereiro/2025).

→ **COMUNICAÇÃO COM OS BENEFICIÁRIOS**

Ações de Comunicação Implementadas:

- ◆ **Notificações Múltiplas:** Utilização de diversos canais para garantir a ciência dos beneficiários,
- ◆ **Objetivo:** Garantir que todos os beneficiários estejam cientes da necessidade de atualizar seus dados no CadÚnico.

FORMAS DE NOTIFICAÇÃO

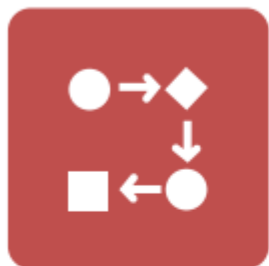
Canais utilizados para ciência do cidadão (enviados pelo INSS):

- «Carta com Aviso de Recebimento – envio de cartas aos beneficiários ou representantes legais;
- «Notificação Bancária - mensagem disponibilizada ao acessar a conta e ou extrato;
- «Central 135 - ligações ativas realizadas pela central para o beneficiário ou representante legal;

Canais utilizados para ciência do cidadão (disponíveis para o cidadão):

- «Serviço expresso nas agências do INSS para o cidadão ter ciência da notificação;
- «Ciência na Central 135 através de ligação receptiva do beneficiário ou representante legal ao INSS;
- «Whatsapp do MDS com opção de registro de identificação para ciência; e

→ GRADUAÇÃO DAS REVISÕES



Priorização Gradual para Garantir Eficiência.



Primeira Fase: Foco nos beneficiários sem cadastro no CadÚnico (cerca de meio milhão de pessoas).



Segunda Fase: Revisão de beneficiários com cadastro desatualizado há mais de 4 anos.

FORMAS DE NOTIFICAÇÃO

TERCEIRA FASE- REAVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA -

AValiação Social e Perícia Médica

Os requerentes receberão a notificação da necessidade de agendamento da avaliação social e perícia médica.

**O requerente deve proceder com o agendamento da reavaliação
Após a reavaliação ou benefício será mantido ou cancelado**

Caso o agendamento não seja realizado em 30 dias o benefício será bloqueado, após 60 dias suspenso,

QUANTITATIVOS DE BENEFÍCIOS PASSÍVEIS DE REAVALIAÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA (3ª ETAPA)

SR	Qtd de Benefícios
NORDESTE	92,173
NORTE/CENTRO-OESTE	44,307
SUDESTE I	39,263
SUDESTE II	34,279
SUDESTE III	16,641
SUL	27,550
TOTAL	254,213

QUANTITATIVOS DE BENEFÍCIOS PASSÍVEIS DE REAVALIAÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA (3ª ETAPA)

ESTADO DE PERNAMBUCO

	Qtd de Benefícios
GEX RECIFE	5,897
GEX CARUARU	4,751
GEX GARANHUNS	3,420
GEX PETROLINA	2,257
TOTAL	16.325

QUANTITATIVOS DE BENEFÍCIOS PASSÍVEIS DE REAVALIAÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA (3ª ETAPA)

GERÊNCIA RECIFE

15001090	APS RECIFE - ENCRUZILHADA	1,361
15001060	APS RECIFE - AREIAS	822
15001040	APS PAULISTA/PE	795
15001110	APS RECIFE - PINA	450
15001050	APS RECIFE - AFOGADOS	399
15001070	APS RECIFE - CASA AMARELA	385
15001150	APS CABO DE SANTO AGOSTINHO	385
15001030	APS OLINDA GEX	360
15001170	APS SÃO LOURENÇO DA MATA	272
15001180	APS MORENO	256
15001010	APS GOIANA/PE GEX	213
15001160	APS CAMARAGIBE	138
15001080	APS RECIFE - CORREDOR DO BISPO	33
15001100	APS RECIFE - MÁRIO MELO	14
15001200	APS ITAMARACÁ	14

TOTAL 5987

QUANTITATIVOS DE BENEFÍCIOS PASSÍVEIS DE REAVALIAÇÃO
BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA (3ª ETAPA
GERÊNCIA CARUARU

15021060	APS CARUARU	881
15021230	APS PALMARES	675
15021150	APS TIMBAÚBA	390
15021190	APS BELO JARDIM	366
15021160	APS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	347
15021070	APS ESCADA	313
15021240	APS BARREIROS	230
15021140	APS SURUBIM	203
15021050	APS CARPINA	200
15021090	APS LIMOEIRO	173
15021110	APS RIBEIRÃO	170
15021120	APS SÃO JOAQUIM DO MONTE	146
15021020	APS BEZERROS	145
15021270	APS SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	131
15021100	APS NAZARÉ DA MATA	122
15021220	APS CUIRA	109
15021080	APS GRAVATÁ	105
15021250	APS PANELAS	29
15021260	APS TAQUARITINGA DO NORTE	15
15021280	APS VICÊNCIA	1

QUANTITATIVOS DE BENEFÍCIOS PASSÍVEIS DE REAVALIAÇÃO BIOPSIKOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA (3ª ETAPA

GERÊNCIA GARANHUNS

15022060	APS PESQUEIRA	448
15022020	APS ARCOVERDE	385
15022040	APS GARANHUNS	340
15022010	APS AFOGADOS DA INGAZEIRA	233
15022080	APS CANHOTINHO	152
15022220	APS SÃO BENTO DO UNA	151
15022210	APS BUIQUE	127
15022120	APS SÃO JOSÉ DO EGITO	124
15022180	APS IBIMIRIM	122
15022140	APS ÁGUAS BELAS	120
15022230	APS LAJEDO	110
15022190	APS TABIRA	106
15022070	APS BOM CONSELHO	98
15022200	APS CUSTÓDIA	69
15022160	APS SÃO JOÃO/PE	67
15022150	APS CAETÉS	53
15022170	APS SERTÂNIA	49
TOTAL	3420	

QUANTITATIVOS DE BENEFÍCIOS PASSÍVEIS DE REAVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA (3ª ETAPA

GERÊNCIA PETROLINA

15023030	APS PETROLINA	547
15023050	APS SERRA TALHADA	413
15023040	APS SALGUEIRO	190
15023010	APS ARARIPINA	165
15023020	APS OURICURI	152
15023130	APS SÃO JOSÉ DO BELMONTE	108
15023190	APS SANTA MARIA DA BOA VISTA	79
15023070	APS PETROLÂNDIA/PE	78
15023200	APS LAGOA GRANDE/PE	78
15023100	APS FLORESTA/PE	70
15023150	APS CABROBO	70
15023170	APS TACARATU	67
15023090	APS FLORES	55
15023140	APS TRINDADE/PE	50
15023080	APS EXU	48
15023120	APS IPUBI	40
15023180	APS BELÉM DE SÃO FRANCISCO	27
15023160	APS BODOCÓ	19
TOTAL 2257		

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA

- Serão realizadas as aberturas de vagas de acordo com a demanda local, com prioridade para a tarefa reavaliação da pessoa com deficiência.

AGRADECEMOS A ATENÇÃO!



**MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

